

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Alterações significativas	15
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	44
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	53
10.8 - Plano de Negócios	54
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar no atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se descritas em uma "Norma de Procedimento" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos descritos no item 4.1 são percebidas, considerando:

- Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.
- Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.
- Histórico de exceções: Percepção / ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.
- Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.1, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Não aplicável tendo em vista que a Companhia ainda não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.1, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.1, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, mas tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se descritas em uma "Norma de Procedimento" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos de mercado descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência são percebidas, considerando:

- Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.
- Risco de Mercado: As perdas financeiras advindas dos riscos associados às perdas de uma eventual remuneração não adequada aos investimentos realizados, de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas, além dos riscos advindos do desequilíbrio entre a oferta e demanda e os associados aos custos de geração e transmissão. A avaliação e controle deste risco são pilares das decisões estratégicas da organização. As principais ferramentas de controle de riscos de mercado sobre as quais são aplicados limites operacionais são a análise de sensibilidade, valor em risco e testes de estresse através de cenários.
- Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.
- Histórico de exceções: Percepção / ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.
- Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

As áreas Financeira, Regulatória e Jurídica atuam em conjunto reportando à Diretoria e o Conselho de Administração as ações que visam mitigar os riscos existentes. A área de auditoria interna realiza trabalhos periódicos, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, através de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos. O gerenciamento dos riscos da Companhia é realizado através de estratégias conservadoras, visando liquidez, segurança e rentabilidade. Todas as operações são realizadas de acordo com condições normais de mercado e suas condições são acompanhadas sistematicamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta são as eventuais oscilações nas taxas de juros e indicadores econômicos, que afetam diretamente o seu ativo e o seu passivo. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A Companhia apresenta abaixo, em conformidade com a Instrução CVM nº 475, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 25%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	100.168	125.210	150.253	75.126	50.084
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(56.572)	(69.377)	(82.182)	(43.767)	(30.962)
	TJLP	(19.320)	(22.813)	(28.306)	(14.827)	(10.334)
	IGP-M	(11.864)	(14.688)	(17.513)	(9.039)	(6.214)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 31/12/2016	+ 25%	+ 25%	-25%	-50%
CDI (%12 meses)	10,45	13,06	15,68	7,84	5,23	
SELIC (% 12 meses)	10,50	13,13	15,75	7,88	5,25	
TJLP (% 12 meses)	7,50	9,38	11,25	5,63	3,75	
IGP-M (% 12 meses)	5,00	6,25	7,50	3,75	2,50	
IPCA (% 12 meses)	5,51	6,89	8,27	4,13	2,76	

O impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido da Companhia é demonstrado a seguir:

Cenários	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio líquido
Cenário provável	-	-
Cenário II	(164.085)	(136.384)
Cenário III	(328.170)	(272.768)
Cenário IV	164.086	191.786
Cenário V	328.171	383.572

Ademais a Companhia pode vir a incorrer em perdas por contas das flutuações no câmbio, conforme mencionado no item 4.2 deste Formulário de Referência. Parte do passivo financeiro

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

da Companhia está suscetível a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição ao câmbio é de 21,0%, de sua dívida. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Informamos, ainda, que a dívida derivada do contrato da Companhia com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a qual tem baixa representatividade no endividamento global da Companhia, possui caução para proteção contra as oscilações de câmbio.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Foram incluídos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado variação cambial (R\$ Mil)						
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 25%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	USD	(111.602)	296.835	482.068	73.631	258.963
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/12/2016	+ 25%	+ 25%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		3,26	4,07	4,89	2,44	1,63

De acordo com o CPC 40(R1), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Operações passivas		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	31/12/2016	31/12/2015
SWAP Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$	8.224	73.732
Ponta passiva	CDI	-	(14.031)
Total		8.224	59.701
SWAP Citibank - 293 MM			
Ponta ativa	US\$	-	152.312
Ponta passiva	CDI	-	(12.809)
Total		-	139.503
SWAP Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$	-	-
Ponta passiva	CDI	(98.322)	-
Total		(98.322)	-
SWAP Santander - 40 MM			
Ponta ativa	US\$	-	16.351
Ponta passiva	CDI	-	(5.058)
Total		-	11.293
SWAP Santander - 85 MM			
Ponta ativa	US\$	-	13.169
Ponta passiva	CDI	-	(6.168)
Total		-	7.001
Total ponta ativa		8.224	255.564
Total ponta passiva		(98.322)	(38.066)
Total geral		(90.098)	217.498

Abaixo descrevemos as principais estratégias para mitigar a exposição a esses índices:

- Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"): A maior parte do endividamento da Companhia está atrelada ao CDI. Para minimizar os efeitos dessa exposição, todas as aplicações financeiras da Companhia também estão atreladas ao CDI.
- IGP-M: Parte significativa da dívida da Companhia está atrelada a esse índice. Em compensação parte da tarifa de distribuição de energia também está atrelada ao IGP-M.

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras, captação de empréstimos para financiar os seus investimentos e capital de giro e captação de debêntures. Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.2, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável tendo em vista que a Companhia ainda não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.2, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas na "Norma de Procedimentos" e neste item 5.2, são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sua Norma de Procedimento sob a forma de política, em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que alinhado as boas práticas de governança, objetiva identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Muito embora a Companhia não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas políticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, por meio da estrutura de controles financeiros, reporte a administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível é desempenhado pela auditoria interna por meio de trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao comitê de auditoria da controladora Equatorial Energia e ao conselho de administração da Companhia.

Sistemas de Informação

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com importante referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do grupo. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos: Sistemas Comerciais, Sistemas Técnicos, Sistemas Financeiros e Sistemas de Apoio.

Os sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial;
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

Os sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica;
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

Os sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;
- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;
- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;
- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações estratégicas;
- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais;
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

Os sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia;
- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nos principais frameworks de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000.

As principais premissas deste processo são:

- (a) Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;
- (b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis;
- (c) Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de Tecnologia da Informação do Grupo Equatorial Energia, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial Energia são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração do Grupo Equatorial Energia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de Procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Por fim, a Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas e descritas nesta seção 5 são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Ambiente de controles robusto com utilização do ERP SAP em sua estrutura de tecnologia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Gerência de auditoria interna independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia;
- Diretoria de Estratégia e Regulação dedicada a analisar a conformidade das operações aos requisitos legais e regulatórios;
- Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia que funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria da Equatorial Energia, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas da Companhia, bem como de sua controlada, de controle de riscos. No entanto, não há qualquer política de gerenciamento de riscos formalizada que trate do assunto ou de tais procedimentos, sendo que todas as práticas estão descritas nesta seção 5.

O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial, criado em maio de 2014, avalia ações e toma decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. Dentre suas funções, podemos destacar:

- i) Avaliação da efetividade e da suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- ii) Verificação do cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- iii) Avaliação da observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar no Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia;
- iv) Reunião com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- v) Elaboração do relatório anual resumido;
- vi) Avaliação e monitoramento da adequação da Companhia à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos;
- vii) Avaliação e monitoramento dos mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e

Seus mecanismos de avaliação envolvem a supervisão das atividades da área de controles internos da Companhia, através do monitoramento da qualidade e integridade das atividades da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

auditoria interna da Companhia. Além de proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar oportunidades de melhoria na sua forma de atuação.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

(d) Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

A KPMG Auditores Independentes conduziu trabalho de revisão de acordo com a NBC TR 2410 (ISRE 2410), onde o auditor obtém o entendimento da Companhia e de seu ambiente, incluindo a estrutura de controle interno, na extensão necessária para determinar as indagações a serem feitas e os procedimentos analíticos e outros procedimentos de revisão aplicados. Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016, cujos trabalhos foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada. Além disso, na data deste Formulário de Referência, não há expectativas de redução ou aumento da exposição de risco da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não existem outras informações relevantes, que não tenham sido mencionadas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o estado do Pará, pertencente ao grupo Equatorial Energia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$2.118 milhões, crescimento de 14,8% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015, R\$1.845 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 351,6 milhões, EBITDA Ajustado de R\$ 766,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a CELPA apresentava dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE) de R\$ 1.306,9 milhões, valor que representava 71% do total do patrimônio líquido e 2,2 vezes o EBITDA Ajustado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A diretoria da Companhia entende que tais patamares são confortáveis e compatíveis com o setor de energia e refletem o crescimento patrimonial e financeiro da empresa.

Em 31 de dezembro de 2016, o cronograma de amortização da Dívida Total da Companhia estava composto da seguinte forma: R\$ 392 milhões de dívidas a curto prazo, R\$ 288 milhões vencidos durante o exercício social de 2018, R\$ 722 milhões vencidos durante o exercício social de 2019, R\$ 168 milhões vencidos durante o exercício social de 2020, R\$ 321 milhões vencidos durante o exercício social de 2021 e R\$ 1.295 milhões vencidos após 31 de dezembro de 2021.

O cronograma de amortização engloba valores a pagar no âmbito da recuperação judicial e não compreende os credores operacionais, uma vez que estes últimos não compõe o cálculo da dívida bruta da Companhia. O cronograma de amortização constante das demonstrações financeiras da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia apresentado na nota explicativa nº 17, do ITR de 31 de dezembro de 2016, engloba somente credores financeiros (não incluindo valores a pagar a credores operacionais e da recuperação judicial), enquanto que o cronograma de amortização apresentado na nota explicativa nº 26 do ITR de 31 de dezembro de 2016 engloba valores a pagar no âmbito da recuperação judicial e não compreende os credores operacionais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.845,0 milhões, crescimento de 153,3% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2014, R\$728,4 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 520,2 milhões, EBITDA Ajustado de R\$ 604,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a CELPA apresentava dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Baixa renda; (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos; e (vii) Repasses Vencidos de CDE) de R\$ 1.252 milhões, valor que representava 33% do total do patrimônio líquido e 2,2 vezes o EBITDA Ajustado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A diretoria da Companhia entende que tais patamares são confortáveis e compatíveis com o setor de energia e refletem o crescimento patrimonial e financeiro da empresa.

Em 31 de dezembro de 2015, o cronograma de amortização da Dívida Total da Companhia estava composto da seguinte forma: R\$ 600 milhões de dívidas a curto prazo, R\$ 240 milhões vincendos durante o exercício social de 2017, R\$ 273 milhões vincendos durante o exercício social de 2018, R\$ 90 milhões vincendos durante o exercício social de 2019, R\$ 90 milhões vincendos durante o exercício social de 2020 e R\$ 1.211 milhões vincendos após 31 de dezembro de 2020.

O cronograma de amortização engloba valores a pagar no âmbito da recuperação judicial e não compreende os credores operacionais, uma vez que estes últimos não compõe o cálculo da dívida bruta da Companhia. O cronograma de amortização constante das demonstrações financeiras da Companhia apresentado na nota explicativa nº 17, do ITR de 31 de dezembro de 2015, engloba somente credores financeiros (não incluindo valores a pagar a credores operacionais e da recuperação judicial), enquanto que o cronograma de amortização apresentado na nota explicativa nº 25 do ITR de 31 de dezembro de 2015 engloba valores a pagar no âmbito da recuperação judicial e não compreende os credores operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b. Estrutura de capital**

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 27,2% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 72,8% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 26,9% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 73,1% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 12,1% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido) e (ii) 87,9% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido).

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	2016	2015	2014
Capital próprio			
Patrimônio líquido	2.118.012	1.844.970	728.437
Capital de terceiros			
Passivo circulante	2.084.922	2.209.875	2.281.761
Passivo não circulante	3.589.059	2.801.364	3.034.194
Total do Passivo circulante + não circulante	5.673.981	5.011.239	5.315.955
Total do passivo e patrimônio líquido	7.791.993	6.856.209	6.044.392

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (iv) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados e (v) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Diretoria da Companhia esclarece que, em 31 de dezembro de 2016, o gerenciamento do seu capital está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia destacam que, em 31 de dezembro de 2016, considerando o perfil de longo prazo do endividamento da Companhia, resultado das renegociações e novações advindas do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros, de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso a Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A diretoria da Companhia esclarece que além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, A diretoria da Companhia esclarece que além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 foram o BNDES, a Eletrobrás e a CEF, que usualmente oferecem taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A Companhia também possui financiamento contratados com instituições financeiras privadas, com o objetivo de financiar suas atividades, como Itaú e Citibank.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a Companhia poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha.

Os diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$3.186 milhões. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.047 milhões. Do valor da dívida bruta acima, 17% (R\$391,7 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 83% (R\$2.794 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considera como dívida bruta o saldo de R\$2.504 milhões (sendo R\$1.684 milhões de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e R\$820 milhões de Credores Financeiros da recuperação judicial) dos quais 48,2% (R\$1.208 milhões) eram em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 1.252 milhões.

Do valor da dívida bruta acima, 24,0% R\$ 600 milhões tinha vencimento no curto prazo e 76,0% R\$1.904 milhões tinha vencimento no longo prazo.

O saldo dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante), credores financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R\$3.186 milhões. Esse saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, sub-rogação CCC, valores a receber e a devolver de parcela A, depósitos judiciais vinculados a empréstimos, e saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos era de R\$2.047 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2016 foi de 0,49

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Reais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Dívida líquida	2.047.386	1.251.766	944.665
Patrimônio líquido	2.118.012	1.844.970	728.437
Índice de endividamento	0,49	0,40	0,56

Definições:

Dívida Líquida – significa a dívida líquida (composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante) e Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante; (iv) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados e (v) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a dívida líquida dividida pela dívida líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{(\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

Empréstimos e financiamentos relevantes no âmbito do Plano de Recuperação Judicial

Em 31 de dezembro de 2016, a composição da dívida da Recuperação Judicial com credores financeiros totalizou saldo de R\$ 821.940 milhões, sendo R\$ 1.008 da dívida no curto prazo e R\$ 820.932 no longo prazo. No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a dívida da Companhia passou por processo de novação e repactuação e abaixo estão listados os empréstimos e financiamentos relevantes no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Os saldos apresentados foram apresentados a valor presente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ELETROBRÁS

Crédito repactuado em 2012, no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Entes Públicos, no valor de R\$423 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao ano e com vencimento em setembro de 2034.

BANCO DA AMAZÔNIA

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

INDUSVAL

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de 3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Em 7 de junho de 2013, a Companhia e o BID celebraram o segundo aditamento ao *Loan Agreement* (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, repactuar o *covenant* financeiro de Dívida Total / EBITDA no limite de 3,50:1:00, cuja repactuação entrou em vigor a partir de 1 de outubro de 2016.

Diante da dificuldade da Companhia em cumprir o *covenant* financeiro, que culminou com descumprimento do referido *covenant* a partir de 1 de outubro de 2016, a Companhia iniciou, em agosto último, tratativas com o BID para alteração de tal índice. Em 7 de dezembro de 2016, a Companhia e o BID celebraram o terceiro aditamento ao *Loan Agreement* (Contrato de Financiamento) para, dentre outras disposições, conceder anuência com relação ao descumprimento do *covenant* financeiro indicado acima a partir de 1 de outubro de 2016. Além disso, por meio do referido instrumento, foi pactuado *covenant* financeiro de (i) Dívida Líquida / EBITDA no limite de (a) 5,50:1:00, em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, (b) 4,50:1:00, a partir de 1 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, e (c) 3,50:1:00, após o período do item (b); e (ii) Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) no limite de (a) 75:100 (0,75) em, ou antes de, 31 de dezembro de 2016, e (b) 70:100 (0,70), após o período do item (a).

Empréstimos, financiamento e debêntures relevantes

A Companhia possui os seguintes empréstimos, financiamentos e debêntures relevantes e que não foram repactuados no âmbito do plano de recuperação judicial:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES

Em 11 de novembro de 2014, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0881.1 disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$498 milhões, cujos recursos são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2013 e 2014, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, e D, correspondentes aos valores de R\$ 93,4 milhões e R\$ 8,3 milhões, respectivamente, é de 2,78% ao ano;
- Subcréditos B e E, correspondentes aos valores de R\$ 217,9 milhões e R\$ 19,4 milhões, respectivamente, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito C, correspondente ao valor de R\$ 156,8 milhões, é de TJLP+2,50% ao ano, limitado a 6% ao ano;
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$ 2,48 milhões incidirá a TJLP + 2,78% ao ano.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024. O vencimento previsto do contrato é de 15 de maio de 2024.

Em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela Companhia junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0777.1, disponibilizando à Companhia um crédito no valor de até R\$ 863 milhões, são destinados à implantação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, B e C, cada qual correspondente ao valor de R\$ 184,6 milhões, é de 2,86% ao ano;
- Subcrédito D, correspondente ao valor de R\$ 184,6 milhões, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito E, correspondente ao valor de R\$ 120,3 milhões, é de TJLP + 2,48% ao ano;
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$ 4,2 milhões incidirá a TJLP.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024.

Os dois contratos celebrados com BNDES possuem *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Citibank

Em 29 de janeiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, sendo aditivado em 20 de janeiro de 2016 no montante de US\$112.473.955,23 (correspondentes, na data de contratação, a R\$456 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 2 de fevereiro de 2018. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 2,83% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Citibank uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+2,0% ao ano.

Este contrato possui *covenant* financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

Itaú

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, no montante de US\$69.483.047,00 (correspondente, na data de contratação a R\$200 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, com vencimento previsto para 24 de fevereiro de 2017. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 1,99% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de *swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,80% ao ano.

Este contrato não possui *covenant* financeiro.

Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 17 de maio de 2016, a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R\$100.000 mil, em série única, com vencimento em 30 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 9% ao ano. Em que pese a 1ª emissão ter sido realizada em 17 de maio de 2016, as debêntures foram subscritas e integralizadas em agosto de 2016.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Até a data deste Formulário de Referência, o índice ainda não havia sido apurado para as debêntures,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas informações financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2017.

2ª emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia assinou a escritura de emissão da 2ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, no valor total de R\$90.000 mil, sendo R\$60.000 mil referentes à 1ª série e R\$30.000 mil referentes à 2ª série, com vencimento em 15 de janeiro de 2024. Os juros remuneratórios das debêntures são de 8,04% ao ano. Para todos os efeitos legais a data da 2ª emissão foi 11 de agosto de 2016.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Até a data deste Formulário de Referência, o índice ainda não havia sido apurado para as debêntures, sendo que a primeira verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia, reorganizações societárias e *cross-default*, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores da Companhia informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Para o contrato com BNDES nº 15.2.0777.1, celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Do total de R\$863 milhões contratados, 34% já foram utilizados.

Para o contrato com a CAIXA nº CEF 415.877-81/2015, celebrado em 28 de julho de 2015, para financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema no entorno de Belo Monte, no âmbito do Programa Luz para todos. O limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 31 de março de 2016, sendo que a prorrogação deste prazo está sendo negociada com a CAIXA. Do total de R\$38 milhões contratados, 90% já foram utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO****Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.**

Em milhares de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em				
	2016	% A V	2015	% A V	% A H
Receita operacional líquida	4.513.037	100%	4.187.313	100%	8%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.427.634)	-76%	(3.320.830)	-79%	3%
Energia elétrica comprada para revenda e custo de transmissão	(2.170.018)	-48%	(2.202.696)	-53%	-1%
Custo de construção	(809.839)	-18%	(663.384)	-16%	22%
Custo da operação	(447.777)	-10%	(454.750)	-11%	-2%
Lucro bruto	1085.403	24%	866.483	21%	25%
Despesas com vendas	(356.477)	-8%	(266.619)	-6%	34%
Despesas gerais e administrativas	(149.458)	-3%	(153.925)	-4%	-3%
Outras despesas operacionais, líquidas	(40.511)	-1%	(165.982)	-4%	-76%
Total de despesas operacionais	(546.446)	-12%	(586.526)	-14%	-7%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	538.957	12%	279.957	7%	93%
Imposto de renda e contribuição social					
Receitas financeiras	608.098	13%	962.708	23%	-37%
Despesas financeiras	(725.576)	-16%	(645.436)	-15%	12%
Resultado financeiro, líquido	(117.478)	-3%	317.272	8%	-137%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	421.479	9%	597.229	14%	-29%
Contribuição social	(31.468)	-1%	(13.462)	0%	134%
Imposto de renda	(58.494)	-1%	(52.028)	-1%	12%
Incentivos fiscais	58.494	1%	52.028	1%	12%
IRPJ e CSLL diferidos	(38.455)	-1%	(63.541)	-2%	-39%
Impostos sobre o lucro	(69.923)	-2%	(77.003)	-2%	-9%
Lucro líquido do exercício	351.556	8%	520.226	12%	-32%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 8%, para R\$4.513 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente pelo aumento significativo na: (i) Receita de Fornecimento de Energia, de 4% em função do aumento na tarifa da Companhia e crescimento do volume de energia fornecida; (ii) Receita de Construção, que aumentou 22% no exercício em referência, reflexo da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das redes de distribuição; linhas de subtransmissão e subestações executados na área de concessão; (iii) Suprimento de energia elétrica, que aumentou 92% no exercício atual, pois durante todo o exercício de 2016 operou com vendas no mercado *spot*, devido ao cenário de sobrecontratação bem como em função da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) enquanto que em 2015 a mesma apresentava um cenário de exposição e a queda do consumo no ano de 2016 pela crise financeira no país.

Em contrapartida, houve aumento significativo na conta CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que significa encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica, com valor fixado anualmente pela ANEEL) referente às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR (empréstimo fornecido por um conjunto de bancos à CCEE e repassado às distribuidoras) e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

Custos de Energia Elétrica, Construção e Operação

Nos custos apresentados, o Custo de Construção cresceu 22% no período, de R\$ 663 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 810 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, este crescimento se deu em virtude do aumento no volume de investimentos feitos pela Companhia no exercício em questão, tendo em vista a necessidade de expansão do serviço de energia elétrica em sua área de concessão, assim como pela necessidade de incremento da qualidade no fornecimento. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto do aumento no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que o aumento no custo é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

Os Custos com energia elétrica comprada para revenda e transmissão, e custo da operação, não sofreram variações relevantes no exercício de 2016 comparado ao exercício de 2015.

Despesas com vendas

As Despesas com vendas cresceram 34% no exercício, de R\$ 266 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 356 milhões em 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente ao crescimento nos títulos baixados para perdas comerciais e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

no valor de R\$216 milhões no exercício de 2016, em virtude de antecipações de provisões de faturas de fraude, e aumento da inadimplência no exercício.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas reduziram 76% no exercício, de R\$ 166 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 41 milhões em 2016. De acordo com os Diretores da Companhia, esta variação se deu principalmente pela redução no saldo de Perda/ganho na desativação de bens e direito, que passou de R\$172 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$19 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao período da Revisão Tarifária onde a CELPA teve um volume significativo de baixas de ativos, alienações e desativações de bens.

Resultado financeiro

O resultado financeiro passou de uma receita de R\$317 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R\$117 milhões em 2016, apresentando uma redução de 137%. A variação ocorreu, de acordo com os Diretores da Companhia, devido principalmente a: (i) redução na rubrica de ajuste a valor presente sobre o saldo de recuperação judicial no montante de R\$405 milhões, que no exercício anterior teve seu reconhecimento inicial devido à uma mudança nos termos dos contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da Recuperação Judicial, que durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extra concursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1 de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Desta forma, após análises feitas pela Companhia, as quais foram concluídas em junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Com base neste contexto, a Companhia procedeu a realização de ajuste a valor presente, cujo saldo representava, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 423 milhões, sendo R\$ 363 milhões de empréstimos e financiamentos, R\$ 32 milhões de credores operacionais, R\$ 27 milhões de intragrupos, e R\$ 0,5 milhão de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12; (ii) redução de R\$412 milhões de receita com operações com instrumentos financeiros derivativos, onde no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 tivemos despesa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Swap no valor de R\$226 milhões, devido a queda do dólar em 2016, contra uma receita no mesmo período de 2015; (iii) houve um aumento de R\$498 milhões no resultado financeiro com variação monetária e cambial da dívida impactado principalmente pelo efeito da variação cambial derivado da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao exercício anterior.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$597 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$421 milhões em 2016, representando uma redução de 29%. Segundo os Diretores da Companhia, tal redução deveu-se principalmente à redução do resultado financeiro da Companhia, o qual está explicado no item “Resultado financeiro” acima.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$520 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$352 milhões em 2016, representando uma redução de 32%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Em milhares de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em				
	2015	% A V	2014	% A V	% A H
Receita operacional líquida	4.187.313	100%	3.987.178	100%	5%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(3.320.830)	-79%	(3.149.728)	-79%	5%
Energia elétrica comprada para revenda ⁽¹⁾	(2.202.696)	-53%	(1.881.382)	-47%	17%
Custo de construção	(663.384)	-16%	(858.556)	-22%	-23%
Pessoal	(83.272)	-2%	(86.776)	-2%	-4%
Material	(10.071)	0%	(11.991)	0%	-16%
Serviços de terceiros	(171.277)	-4%	(159.882)	-4%	7%
Depreciação e amortização	(171.580)	-4%	(163.343)	-4%	5%
Subvenção – CCC	20.179	0%	29.000	1%	-30%
Outros	(38.729)	-1%	(16.798)	0%	131%
Lucro operacional bruto	866.483	21%	837.450	21%	3%
Despesas com vendas ⁽²⁾	(266.619)	-6%	(218.064)	-5%	22%
Despesa gerais e administrativas ⁽³⁾	(140.391)	-3%	(136.293)	-3%	3%
Depreciação e amortização	(13.534)	0%	(7.709)	0%	76%
Outras despesas operacionais, líquidas	(165.982)	-4%	(78.964)	-2%	110%
Total de despesas operacionais	(586.526)	-14%	(441.030)	-11%	33%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos de renda e contribuição social	279.957	7%	396.420	10%	-29%
Receitas financeiras	962.708	23%	479.806	12%	101%
Despesas financeiras	(645.436)	-15%	(683.599)	-17%	-6%
Resultado financeiro, líquido	317.272	8%	(203.793)	-5%	-256%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	597.229	14%	192.627	5%	210%
Provisões de impostos sobre o lucro	(77.003)	-2%	152.590	4%	-150%
Lucro líquido do exercício	520.226	12%	345.217	9%	51%

(1) Inclui Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição

(2) Inclui Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis

(3) Inclui Despesa com pessoal de administradores e Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida cresceu 5%, passando de R\$3.987 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.187 milhões em 2015. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação foi decorrente principalmente, (i) pelo crescimento de 5,8% em relação a 2014, correspondente a um incremento de 127.698 novas unidades consumidoras atendidas pela empresa de janeiro a dezembro de 2015. O número de clientes residenciais atingiu 1.987.682, evoluindo 5,7% de 2014 para 2015, com incremento de 107.515 novos consumidores nessa classe; (ii) pelo aumento significativo da Conta de Desenvolvimento Energético “CDE” no ano de 2015, devido às amortizações das parcelas de do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014; e (iii) queda de 23% na Receita de Construção, em virtude do menor volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2015 em relação a 2014. Do total pago, R\$77.419 milhões refere-se a empréstimo ACR e R\$179.669 milhões de quota CDE e quota Tesouro.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O custo de energia elétrica, construção e operação, atingiu R\$ 3.321 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, portanto, 5% acima dos R\$ 3.150 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação refere-se principalmente ao custo da energia comprada para revenda que tem por consequência os seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo o valor médio no ano de 2015 ficou em R\$223,00 por MWh (em 2014 ficou em R\$603,39 por MWh); e (ii) A exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao Grupo Bertin, referentes ao 6º e 7º leilão de energia nova. O Custo de Construção apresentou queda de 23% no período, equivalente a R\$ 195 milhões em virtude da redução no volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2015 em comparação a 2014. Os Diretores da Companhia entendem que o impacto da variação no Custo de Construção é neutro para o resultado final do período uma vez que é totalmente compensado por um aumento da mesma magnitude na Receita de Construção.

Despesas operacionais

As despesas operacionais estão compostas pelas despesas com vendas, gerais e administrativas, depreciação e amortização e outras despesas operacionais, no qual teve um aumento de 33% (ou R\$ 145 milhões), passando de R\$ 441 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 587 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. De acordo com os Diretores da Companhia, essa variação decorreu principalmente pelas seguintes contas: (i) a provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis que passou de R\$ 73 milhões em 2014 para R\$ 118 milhões em 2015, representando um aumento de 62,6%, e (ii) despesas gerais e administrativas que passaram de R\$ 136 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 140 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 representando um aumento de 3%.

Outras despesas operacionais, líquidas

Os Diretores da Companhia entendem que a variação de 110% em Outras despesas operacionais, líquidas deve-se principalmente ao aumento de R\$ 63 milhões de Perdas na desativação de bens e direitos comparando no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 2014.

Resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado antes do resultado financeiro líquido e imposto de renda e contribuição social apresentou uma redução de 29% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 2014 em função do maior nível de Perdas na desativação de bens e direitos conforme comentado na seção anterior, assim como pelo aumento nas Despesas Operacionais, conforme comentado em seção específica.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido passou de uma despesa de R\$204 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para uma receita de R\$317 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma variação de 256%. De acordo com os Diretores da Companhia, o aumento decorreu, principalmente pelas rubricas abaixo:

Ajuste a valor presente de RJ

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia procedeu a realização de ajuste a valor presente na receita financeira, no valor de R\$ 380 milhões devido a mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12.

Instrumentos financeiros derivativos

Crescimento de R\$159 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, refere-se principalmente ao resultado do *swap* atrelado a variação cambial e à contratação de novas operações de *swap* em 2015, acrescendo ao valor nocional o montante de R\$125 milhões com a operação com o Santander e as repactuações dos *swaps* com o Itaú e Citibank.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Em razão dos fatores mencionados acima, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$193 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$597 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 210%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do exercício da Companhia passou de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$345 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$520 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 51%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.**

ATIVO (R\$ Mil), exceto %	Exercício social encerrado em				
	2016	% A V	2015	% A V	% A H
Circulante	3.035.484	39%	2.560.150	37%	19%
Caixa e equivalentes de caixa	182.874	2%	40.860	1%	348%
Investimentos de curto prazo	983.726	13%	757.774	11%	30%
Contas a receber de clientes	1.510.833	19%	1.246.976	18%	21%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	1.993	0%	104	0%	1816%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	1%	221.298	3%	-71%
Serviços pedidos	91.749	1%	77.589	1%	18%
Depósitos judiciais	8.974	0%	2.306	0%	289%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	71.810	1%	-100%
Estoques	9.131	0%	7.535	0%	21%
Impostos e contribuições a recuperar	64.801	1%	40.807	1%	59%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	57.478	1%	49.700	1%	16%
Outros créditos a receber	59.187	1%	43.391	1%	36%
Não circulante	4.756.509	61%	4.296.059	63%	11%
Contas a receber de clientes	270.707	3%	199.624	3%	36%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	1%	65.824	1%	-1%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	N/A
Depósitos judiciais	140.259	2%	141.512	2%	-1%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	145.688	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	66.343	1%	56.619	1%	17%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.833	1%	39.661	1%	8%
Outros créditos a receber	66.067	1%	74.992	1%	-12%
Ativo financeiro da concessão	1.554.103	20%	1.414.027	21%	10%
Investimentos	6.674	0%	6.748	0%	-1%
Intangível	2.450.933	31%	2.151.364	31%	14%
Total do ativo	7.791.993	100%	6.856.209	100%	14%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil), exceto %	Exercício social encerrado em				
	2016	% A V	2015	% A V	% A H
Circulante	2.034.666	26%	2.209.875	32%	-8%
Fornecedores	619.237	8%	565.740	8%	9%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	13.878	0%	20.737	0%	-33%
Empréstimos e financiamentos	383.847	5%	598.780	9%	-36%
Debêntures	3.758	0%	-	0%	N/A
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	13.518	0%	35.409	1%	-62%
Impostos e contribuições a recolher	264.156	3%	231.170	3%	14%
Impostos sobre lucro a recolher	2.669	0%	-	0%	N/A
Dividendos	68.921	1%	17.366	0%	297%
Encargos do consumidor	21.059	0%	33.205	0%	-37%
Contribuição de iluminação pública	27.388	0%	-	0%	N/A
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	43.544	1%	52.454	1%	-17%
Participação nos lucros	31.968	0%	31.882	0%	0%
Partes relacionadas	51.188	1%	258.656	4%	-80%
Instrumentos financeiros derivativos	58.820	1%	-	0%	N/A
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	50.393	1%	99.115	1%	-49%
Outras contas a pagar	283.913	4%	173.915	3%	63%
Não circulante	3.639.315	47%	2.801.364	41%	30%
Empréstimos e financiamentos	1.019.500	13%	1.084.807	16%	-6%
Debêntures	956.469	12%	-	0%	N/A
Impostos e contribuições a recolher	35.946	0%	49.605	1%	-28%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	101.996	1%	63.541	1%	61%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	N/A
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	120.089	2%	95.573	1%	26%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	102.308	1%	27.837	0%	268%
Partes relacionadas	8.118	0%	49.861	1%	-84%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	112.189	1%	98.395	1%	14%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	12%	995.599	15%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	1%	5%
Outras contas a pagar	200.673	3%	299.428	4%	-33%
Patrimônio líquido	2.118.012	27%	1.844.970	27%	15%
Capital social	1.521.740	20%	1.521.740	22%	0%
Reserva de reavaliação	149.385	2%	171.456	3%	-13%
Reservas de lucros	450.321	6%	150.465	2%	199%
Outros resultados abrangentes	- 3.434	0%	1.309	0%	-362%
Total do passivo e patrimônio líquido	7.791.993	100%	6.856.209	100%	14%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

O Ativo Circulante atingiu o montante de R\$3.035 milhões em 31 de dezembro de 2016, com um aumento de 19% ao valor atingido de R\$2.560 milhões em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente pelas rubricas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

A variação em caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 348% saindo de R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 183 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo de aplicações financeiras de curto prazo foi influenciada pela adequação da política de investimentos da Companhia, migrando recursos de investimento de curto prazo para equivalentes de caixa (CDB), com característica de recompra e alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Investimentos de curto prazo

A variação em investimentos de curto prazo apresentou um aumento de 30% saindo de R\$758 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 984 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação no saldo de fundos de investimentos foi influenciada por captações de recursos no montante de R\$ 960 milhões referente a emissão de debêntures, R\$ 90 milhões de capital de giro do BNDES, e amortizações de empréstimos e financiamentos e debêntures no valor de R\$ 341.868 e pagamentos de dividendos no valor de R\$22 milhões.

Contas a Receber de Clientes

A variação em contas a receber de clientes, que apresentou crescimento de R\$ 1.247 milhões para R\$ 1.511 milhões, consequência das ações de combate às perdas de energia da Companhia, que no momento de regularizar uma ligação irregular, é faturado parte do montante perdido em períodos anteriores à regularização, o que provoca um prazo médio maior de recebimento do contas a receber da Companhia; aumento da inadimplência dos clientes da classe comercial; várias municípios fecharam o ano inadimplentes ocasionando um aumento nas classes de poder público e iluminação pública, com exceção de COSANPA e; aumento no volume de negociação nas classes residencial, comercial e Poder público.

Instrumentos financeiros derivativos

A variação em instrumentos financeiros derivados, que apresentou uma redução de R\$72 milhões para zero, uma vez que no exercício de 31 de dezembro de 2016 o dólar acumulou uma queda de 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, fazendo com que o *swap* deixasse de apresentar um resultado positivo, tornando-se um passivo.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Aquisição de Combustível - Conta CCC da companhia era de R\$ 65 milhões e R\$221 milhões, respectivamente, representando uma redução de 71%, pois em 2016 a companhia entendeu que parte do crédito junto à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – Conta CCC, será realizado a longo prazo, efetuando uma transferência de R\$93 milhões para o não circulante. Os valores registrados nessa conta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu o montante de R\$4.757 milhões em 31 de dezembro de 2016, com um aumento de 11% ao valor informado em 31 de dezembro de 2015, de R\$4.296 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente: (i) pelo aumento no contas a receber de clientes em virtude do grande volume de parcelamento efetuados em 2016 a longo prazo, uma vez que houve uma baixa de parcelamentos para perdas relevantes no início do ano de R\$56 milhões, desta forma reduziu-se o saldo dos parcelamentos, porém, com o volume de parcelamentos efetuados no período a longo prazo, a variação se torna relevante somente no não circulante; (ii) pelo acréscimo de 12% nos saldos do ativo financeiro da concessão e ativo intangível, que somados representam R\$440 milhões, com o objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão e, (iii) pela redução de 100% dos Instrumentos financeiros derivativos em virtude da variação do dólar que acumulou uma queda de 17%, fazendo com que o swap deixasse de apresentar um resultado positivo, tornando-se um passivo.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante atingiu o montante de R\$2.035 milhões em 31 de dezembro de 2016, com uma redução de 8% ao montante em 31 de dezembro de 2015, de R\$2.210 milhões. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

Houve redução de 36% no exercício, R\$215 milhões, sendo os principais fatores foram a transferência de longo para curto prazo de R\$119 milhões, acréscimo de R\$84 milhões de variação monetária, cambial e encargos e, a redução do saldo pelo pagamento da dívida, amortização do principal e pagamento de juros no montante de R\$418 milhões.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

Redução no saldo de 62%, representado por R\$22 milhões, principalmente devido ao reajuste tarifário de agosto 2016 onde foi constituído um passivo a devolver ao consumidor em decorrência da geração de receita com exposição financeira no montante de R\$ 64 milhões, deste valor R\$39 milhões correspondem ao saldo do circulante, que em comparação com 2015 em que a Companhia apresentou uma despesa; Em 2016 a Companhia reclassificou os valores de ultrapassagem de demanda, conforme sua realização, para o não circulante, gerando uma variação de R\$10 milhões no circulante.

Partes Relacionadas

O saldo circulante de Partes Relacionadas apresentou uma redução de 80% no exercício, R\$207 milhões, sendo o principal motivo a transferência do saldo de longo para o curto prazo, o pagamento de mútuo com sua controladora Equatorial energia de R\$56 milhões e, pagamento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

referente à Cessão de créditos provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial no montante de R\$ 229 milhões.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2016, atingiu o montante de R\$3.639 milhões, com um incremento de 30% ao montante em relação aos R\$2.801 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu, principalmente pelas rubricas abaixo:

Empréstimos e financiamentos

Houve redução de 6% no exercício, R\$ 65 milhões, sendo os principais fatores foram a contratação de R\$182 milhões de empréstimo, redução de R\$131 milhões de variação monetária e cambial e, a redução do saldo pela transferência de longo para curto prazo de R\$119 milhões.

Debêntures

Houve crescimento de zero para R\$956 milhões, sendo o principal fator as emissões de debêntures, sendo emissões privadas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias reais e adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia, em série únicas, no montante total de R\$ 960 milhões, com vencimentos em 2019, 2020, 2021, 2023 e 2024, e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

Houve crescimento de zero para R\$31 milhões, esse saldo apresentou aumento, visto que é suscetível às variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar que sofreu uma baixa de 17% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a conta Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros da companhia era de R\$102 milhões e R\$28 milhões, respectivamente, representando um aumento de 268% principalmente: (i) devido à exposição financeira que: (a) no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o PLD teve média de R\$ 279,85 sendo superior ao mesmo período de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (b) no exercício de 31 de dezembro de 2016, a Companhia teve o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$ 112,80; e (c) em conjunto, a Companhia teve a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores; e (ii) em virtude do 3º ciclo tarifário, segundo o PRORET - Outras Receita deverão constituir um ativo financeiro correspondente Ultrapassagem de Demanda e Reativo Excedente, que pelas regras anteriores eram consideradas como obrigações especiais .

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Patrimônio Líquido***

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido foi de R\$2.118 milhões, comparados aos R\$1.845 milhões em 31 de dezembro de 2015, ou seja, foi observado um aumento de 15%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu devido ao lucro do exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

ATIVO (R\$ Mil), exceto %	Exercício social encerrado em				
	2016	% A V	2015	% A V	% A H
Circulante	2.560.150	37 %	2.106.537	35 %	22 %
Caixa e equivalentes de caixa	40.860	1%	54.210	1%	-25%
Investimentos de curto prazo	757.774	11%	506.473	8%	50%
Contas a receber de clientes	1.246.976	18%	807.309	13%	54%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	104	0%	-	0%	N/A
Aquisição de combustível - conta CCC	221.298	3%	236.701	4%	-7%
Serviços pedidos	77.589	1%	65.426	1%	19%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	204.441	3%	-100%
Depósitos judiciais	2.306	0%	595	0%	288%
Instrumentos financeiros derivativos	71810	1%	64.553	1%	11%
Estoques	7.535	0%	16.703	0%	-55%
Impostos e contribuições a recuperar	40.807	1%	70.200	1%	-42%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	49.700	1%	26.964	0%	84%
Outros créditos a receber	43.391	1%	52.962	1%	-18%
Não circulante	4.296.059	63 %	3.937.855	65 %	9 %
Contas a receber de clientes	199.624	3%	116.021	2%	72%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	229.796	4%	-100%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	1%	113.255	2%	-42%
Depósitos judiciais	141.512	2%	127.141	2%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	145.688	2%	232	0%	62697%
Impostos e contribuições a recuperar	56.619	1%	60.985	1%	-7%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39.661	1%	36.238	1%	9%
Outros créditos a receber	74.992	1%	53.847	1%	39%
Ativo financeiro da concessão	1.414.027	21%	909.817	15%	55%
Investimentos	6.748	0%	6.885	0%	-2%
Intangível	2.151.364	31%	2.283.638	38%	-6%
Total do ativo	6.856.209	100 %	6.044.392	100 %	13 %
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ Mil), exceto %					
	2016	% A V	2015	% A V	% A H
Circulante	2.209.875	32 %	2.281.761	38 %	-3 %
Fornecedores	565.740	8%	828.442	14%	-32%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	20.737	0%	19.266	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	598.780	9%	713.576	12%	-16%
Impostos e contribuições a recolher	231.170	3%	172.391	3%	34%
Dividendos	17.366	0%	-	0%	N/A
Encargos do consumidor	33.205	0%	668	0%	4871%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	99.115	1%	-	0%	N/A
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	35.409	1%	-	0%	N/A
Partes relacionadas	258.656	4%	225.019	4%	15%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	52.454	1%	55.017	1%	-5%
Participação nos lucros de empregados	31.882	0%	24.694	0%	29%
Valores a pagar da recuperação judicial	91.446	1%	79.631	1%	15%
Outras contas a pagar	173.915	3%	163.057	3%	7%
Não circulante	2.801.364	41 %	3.034.194	50 %	-8 %
Empréstimos e financiamentos	1.084.807	16%	1.536.608	25%	-29%
Impostos e contribuições a recolher	49.605	1%	76.330	1%	-35%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.541	1%	-	0%	N/A
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	95.573	1%	184.311	3%	-48%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	27.837	0%	-	0%	N/A
Partes relacionadas	49.861	1%	343.076	6%	-85%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	98.395	1%	86.869	1%	13%
Valores a pagar da recuperação judicial	995.599	15%	256.230	4%	289%
Plano de aposentadoria e pensão	36.718	1%	47.768	1%	-23%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0%	306.000	5%	-100%
Outras contas a pagar	299.428	4%	197.002	3%	52%
Patrimônio líquido	1.844.970	27 %	728.437	12 %	153 %
Capital social	1.521.740	22%	924.524	15%	65%
Reserva de reavaliação	171.456	3%	211.401	3%	-19%
Reservas de lucros	150.465	2%	-	0%	N/A
Prejuízos acumulados	-	0%	- 392.340	-6%	-100%
Outros resultados abrangentes	1.309	0%	- 15.148	0%	-109%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.856.209	100 %	6.044.392	100 %	13 %

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo circulante

O Ativo circulante atingiu em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$2.560 milhões, um aumento de 22% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$2.107 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo totalizaram em R\$799 milhões, comparado a R\$561 milhões, em 31 de dezembro de 2014. Tal aumento, de 42%, é principalmente resultado da política de aumento na liquidez da Companhia, seja através de captação de recursos através de operações de crédito, seja através da geração de caixa operacional na Companhia.

Contas a receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2015, houve crescimento de 54% no valor a receber de clientes em função do aumento no volume de faturamento da Companhia, notadamente no último trimestre do ano devido à concentração do esforço da Companhia no combate e redução das suas perdas de energia, acumulando um volume maior de faturas emitidas próximas à data de encerramento do balanço.

Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros

O saldo de Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros obteve uma redução de R\$ 204 milhões, tal variação ocorreu em virtude do reconhecimento, no reajuste tarifário da Companhia, de maior custo de compra de energia que estava sendo incorrido ao longo de 2014 e passou a ser compensado desde o final de 2014 e durante o ano de 2015.

Ativo não circulante

O Ativo não circulante atingiu o montante de R\$4.296 milhões em 31 de dezembro de 2015, com um aumento de 9% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$3.938 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram este aumento são:

Ativo financeiro da concessão e intangível

Acréscimo de R\$372 milhões, nos saldos do Ativo financeiro de concessão e intangível, devido ao aumento nos investimentos feitos pela Companhia em 2015, com o contínuo objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Instrumentos financeiros derivativos

Crescimento de R\$145 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, refere-se principalmente ao resultado do *swap* atrelado à variação cambial de 47%, saindo de R\$2,66 em dezembro de 2014 para R\$3,90 ao final de 2015 e à contratação de novas operações de *swap* em 2015, acrescendo ao valor nocional o montante de R\$125 milhões com a operação com o Santander e as repactuações dos SWAP com o Itaú e Citibank.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante

O Passivo circulante atingiu o montante de R\$2.210 milhões em 31 de dezembro de 2015, com uma redução de 3% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$2.282 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram essa redução foram:

Fornecedores

Com uma redução de 32% do saldo de fornecedores devido principalmente, a pagamentos na aquisição de combustível em razão dos repasses da CCC efetuados pela Eletrobrás, na aquisição de materiais e serviços devido sobretudo à redução da atividade de investimentos e em suprimentos de energia elétrica em razão da redução do preço de aquisição no mercado spot, tendo 166,89 R\$/MWh em dezembro de 2015 (R\$/MWh 603,39 em 31 de dezembro de 2014). O preço de liquidação de diferença médio estimado do exercício de 2015 foi de R\$295,61.

Empréstimos e financiamentos

Com uma redução de 16% do saldo de empréstimos e financiamentos de R\$ 714 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 599 milhões em 31 de dezembro de 2015, sendo os principais fatores: (i) a captação de empréstimos e financiamentos de R\$125 milhões; (ii) transferência de longo para curto prazo de R\$396 milhões; (iii) crescimento de R\$ 131 milhões da variação monetária e cambial e encargos; e (iv) a redução do saldo pelo pagamento do principal de empréstimos e financiamentos e juros no montante de R\$767 milhões.

Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O aumento do saldo de Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas, comparado em 31 de dezembro de 2015 para 2014, foi decorrente à transferência de saldo entre circulante e não circulante.

Passivo não circulante

O Passivo não circulante atingiu o montante de R\$2.801 milhões em 31 de dezembro de 2015, com uma redução de 8% comparado ao montante em 31 de dezembro de 2014, de R\$ 3.034 milhões. Os diretores da Companhia entendem que as principais rubricas que influenciaram essa redução são:

Empréstimos e financiamentos

Houve uma redução de 29% ou R\$ 452 milhões, sendo os principais fatores: (i) a captação de empréstimos e financiamentos de R\$768 milhões, sendo R\$218 milhões no BNDES, R\$34 milhões na Caixa, R\$23 milhões no Banco IBM, R\$200 milhões no ITAU e R\$294 milhões no Citibank; (ii) crescimento de R\$223 milhões de variação monetária e cambial e encargos e a redução do saldo pela transferência de longo para curto prazo de R\$396 milhões; e (iv) a transferência de R\$1.046 milhões para a conta de Recuperação Judicial.

Valores a pagar da recuperação judicial:

Acréscimo de 289% do saldo, ou R\$739 milhões, decorrente da reclassificação das dívidas com credores financeiros de empréstimos e financiamentos para a conta de recuperação judicial no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R\$1.046 milhões e a redução pelo reconhecimento do AVP no montante R\$ 395 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo com partes relacionadas totalizou R\$50 milhões, comparado ao montante de R\$343 milhões em 31 de dezembro de 2014. Tal redução foi de 85% ou R\$293 milhões, onde em 16 de junho de 2015, a Equatorial integralizou capital no montante de R\$291 milhões do crédito cedido pelo BNDES.

Adiantamento para futuro aumento de capital

A redução desta conta deve-se à capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que totalizam R\$306 milhões, em 31 de dezembro de 2014.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido foi de R\$1.845 milhões, comparado ao montante de R\$728 milhões em 31 de dezembro de 2014, ou seja, um aumento de 153%. Os diretores da Companhia entendem que tal variação deu-se, em grande parte, pelo aumento no capital social da Companhia de R\$597 milhões aprovado em 16 de junho de 2015 e pela redução dos prejuízos acumulados, de R\$ 392 milhões para zero, já que o lucro líquido da Companhia foi de R\$520 milhões no ano de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Um dos fatores que impactaram materialmente nos resultados operacionais da CELPA é do Ambiente Regulatório onde a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 02 de agosto de 2011, com vigência a partir de 07 de agosto de 2011, prorrogou a vigência das tarifas da CELPA, discriminadas no Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.035, de 03 agosto de 2010, até o processamento definitivo da revisão tarifária desta concessionária.

Tal decisão foi tomada com base nas Resoluções Normativas nº 433 e 471, de 11 de abril e 20 de dezembro de 2011, respectivamente, que estabelecem os procedimentos a serem adotados no terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em função desta prorrogação, o processo da revisão tarifária periódica da CELPA deveria ser homologado até o dia 07 de agosto de 2012 e teria efeito retroativo ao período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012.

Em 03 de agosto de 2012, a juíza da 13ª Vara Cível, Drª. Maria Filomena de Almeida Buarque, competente para processar e julgar o pedido de Recuperação Judicial da Empresa, decidiu, nos autos do processo nº 0005939-47.2012.814.0301, pela aplicação imediata do reajuste nas tarifas de Energia Elétrica, sob pena de multa de R\$ 500.000,00. Os efeitos desta decisão persistem até hoje.

O Governo Federal publicou a MP 579/2012, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, que tem por objetivo a redução das tarifas de energia elétrica, através da renovação das concessões de geração e transmissão, que venceriam até 2017, exclusão da Cota de Consumo de Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e redução da Cota de Desenvolvimento Energético (CDE), todos encargos setoriais presentes na fatura.

Como resultado da referida lei, em 24 de janeiro de 2013, foi realizada uma publicação extraordinária de Resolução Homologatória nº 1467, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013.

Em 4 de agosto de 2015, a ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da CELPA para o período 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Destacamos o valor de Parcela B total, sem ajustes, de R\$ 1.309.990 mil, composto principalmente por Custos Operacionais anuais de R\$ 588.345 mil, Remuneração do Capital de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

R\$ 405.185 mil e Quota de Reintegração Regulatória de R\$ 178.066 mil, dentre outros. Após a consideração do índice de produtividade e a melhoria da qualidade entre 2013 e 2014, o valor final da Parcela B é de R\$ 1.296.911 mil.

Nesta mesma reunião, a ANEEL definiu em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não-técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da CELPA em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

Outro fator importante é a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, válida até 2022; ii) incentivo fiscal relacionado à depreciação acelerada, obtido junto à SUDAM, que permite que os investimentos na ampliação e modernização da rede de distribuição sejam integralmente considerados como despesa dedutível para fins de apuração do Imposto de Renda de forma imediata (válido até 2018); e, iii) compensação de prejuízos acumulados. Cabe ressaltar que todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

A perda de energia é outro fator que afeta o resultado operacional da Companhia em que as perdas totais encerraram o trimestre em 28,6% da energia requerida, queda de 1,3 p.p.

Em 02 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o reajuste das tarifas da Companhia cujo impacto médio ao consumidor foi de 7,55%. O índice de reajuste econômico representou 13,37%, enquanto que o efeito líquido da inclusão e exclusão de componentes financeiros resultou numa redução de 5,82%. O reajuste passou a ter efeito a partir de 07 de agosto de 2016.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$4.513 milhões, com aumento de 8%, se comparado com a receita operacional de R\$4.187 milhões de 2015. O crescimento no volume de energia vendida foi de 3,4%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida somou R\$4.187 milhões, crescimento de 5,0%, comparado ao exercício social de 31 de dezembro de 2014 que apresentou receita operacional líquida de R\$3.987 milhões.

Em agosto de 2015, a Companhia passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em 7,47%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -4,61% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 07 de agosto 2015 a 06 de agosto de 2016.

Em agosto de 2014, a Companhia passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela Companhia foi reajustada em média em 35,93%, sendo 26,14% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 9,79% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O Contrato de Concessão CELPA de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

- Os diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP, SELIC e taxa de câmbio (Dólar):
- IGP-M: Parte da metodologia do órgão regulador para determinação da tarifa de venda na distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 4,2% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015 e 2014 representou respectivamente: 7,72% e 8,8%).
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA, assim como 10,1% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015 e 2014 representou respectivamente: 4,31%; 3,7%).
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Emissora e cerca de 9,6% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015, 2014 e 2013 representou respectivamente: 2,12%; 7,6% e 0%).
- SELIC: 5,1% do endividamento da Companhia está atrelado a SELIC, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015, 2014 e 2013 representou respectivamente: 7,28 %; 0% e 0%).
- TJLP: 4,6% do endividamento da Companhia está atrelado a TJLP, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015, 2014 e 2013 representou respectivamente: 10 %; 8,8 % e 0%).
- Taxas de câmbio: 26% do endividamento da Companhia está indexado ao Dólar, em 31 de dezembro de 2016 (nos exercícios encerrados 2015, 2014 e 2013 representou respectivamente: 48%; 34% e 37%).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária eventos ou operações não usuais

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2016

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

2015

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

2014

OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios

A Diretoria em atendimento ao OCPC08 – Contabilização dos ativos e passivos regulatórios onde assegura o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tinham sido recuperados ou devolvidos, gerando um impacto positivo no resultado da Companhia de R\$397 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

2013

Para o exercício em referência os Diretores entendem que houve mudança significativa em decorrência do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados gerou efeito nestas demonstrações financeiras, onde a Companhia registrou complemento de seu passivo atuarial dos planos de benefício pós-emprego, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no montante de R\$16.878 milhões. Em decorrência destas alterações, a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido em R\$ 10.730 milhões, tendo como contrapartida R\$ 4.327 milhões lançado em outros resultados abrangentes e R\$ 6.403 no resultado.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de Novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10/12/2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o poder concedente, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva. Com isso, em 31 de dezembro de 2014 o resultado da Companhia foi impactado positivamente em R\$ 397 milhões.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houveram ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Ênfases: Não houveram ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às informações trimestrais em 30 de setembro de 2016, e às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014.

Ênfase referente ao parecer dos auditores independentes às demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Recuperação Judicial

Sem ressaltar a opinião, os auditores chamaram a atenção para o fato de a Companhia estar em recuperação judicial. Conforme nota explicativa 1, em 1 de setembro de 2012, a Assembleia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia. O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado tendo por base as premissas de transferência do controle acionário para a Equatorial Energia S.A., aporte mínimo de recursos novos no valor de R\$ 700.000 mil por parte do novo controlador, a aprovação, pela ANEEL, do Plano de Transição, a obtenção de parcelamentos para os tributos atualmente em atraso, bem como para os Encargos Sociais em prazo não inferior a 60 meses, e a repactuação de seu endividamento. Essas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, foram preparadas levando-se em conta que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia será executado com êxito.

Os Diretores da Companhia entendem que a melhoria da liquidez e solvência da Companhia decorre, principalmente, do cumprimento das obrigações assumidas por meio do Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores, inclusive no que tange ao aporte de recursos novos por parte de sua atual controladora, Equatorial Energia S.A.

Reapresentação dos valores correspondentes

Em decorrência da mudança de prática contábil referente à adoção do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e do registro de complemento do passivo atuarial, os valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e foram reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A opinião dos auditores não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nos seguintes itens: critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor; reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os Diretores da Companhia elaboram as demonstrações financeiras com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

Para informações sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos, vide item 10.1(g) deste Formulário de Referência.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Exercício social encerrado em		
	2016	2015	2014
Programa Luz Para Todos	231	219	220
Manutenção da Rede	80	90	85
Expansão e Melhoria da Rede	373	327	521
Equipamentos e Sistemas	29	48	59
Interligação de Sistemas Isolados	78	(15)	34
Outros Investimentos	19	32	-
Total	810	700	919

- **Interligação de Sistemas Isolados:** Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.
- O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.
- Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$ 220.709 (R\$ 163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$ 294.372 (R\$ 348.129 em 31 de dezembro de 2015). Em relação à interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos em 22.11.2016, foi repassado à Companhia o valor total do projeto R\$ 22.374.
- **Programa de Redução de Perdas:** são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas da CELPA.
- **Linhas e Subestações de Distribuição e Manutenção/Melhorias No Sistema:** Investimentos feitos com caixa próprios, ou com recursos financiados por bancos privados ou estatais, destinados a manutenção, ampliação e melhorias do sistema elétrico da Companhia.
- **Programa Luz Para Todos e Universalização:** Programa que utiliza recursos do fundo CDE para interligação de consumidores que não possuíam conexão com o Sistema

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Interligado Nacional (SIN), visando a universalização do acesso à energia elétrica no país.

- **Manutenção de Rede**: Investimentos destinados à manutenção ou melhoria da qualidade do fornecimento de energia aos consumidores, assim como à redução do custo de operação da Companhia.
- **Expansão e Melhoria da Rede**: Investimentos destinados à expansão da cobertura da rede de distribuição com vistas a acompanhar o crescimento de consumo de energia na área de concessão da Companhia.
- **Equipamentos e Sistemas**: Investimentos em equipamentos e sistemas de informação e informática para melhoria na qualidade da operação e redução de custos operacionais da Companhia.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco da Amazônia – BASA, ELETROBRÁS, BNDES, BID e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são provenientes de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da CAIXA e de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes referentes a este item foram citadas acima.